

Bissexualidade e Monodissidência na Perspectiva Interseccional

Mariana Schubert Lemos¹

¹Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Fernando Altair Pocahy²

²Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Henrique Caetano Nardi³

³Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil

Resumo: Este ensaio teórico discute a forma como a bissexualidade e a monodissidência têm sido estudadas, sobretudo pela Psicologia, embora não exclusivamente, a partir de uma perspectiva interseccional. Nesse sentido, apresenta-se uma análise das pesquisas no campo da diversidade sexual e de gênero, com foco na bissexualidade e na monodissidência enquanto orientações sexuais, bem como nas tensões políticas que envolvem tanto a academia quanto os movimentos sociais. Em seguida, discute-se a construção conceitual nesta seara e os debates contemporâneos que envolvem outras identidades, práticas e expressões, como o não binarismo e a pansexualidade, entre outras. Por fim, o estudo propõe pensar sobre essas expressões da sexualidade, ainda pouco debatidas academicamente, a partir de uma perspectiva interseccional. Conclui-se apontando para as problematizações a respeito das formas como a bissexualidade e a monodissidência têm sido tratadas pela Psicologia, ainda atravessadas pela heterocisnormatividade e pelas perspectivas binárias que constituem a norma. Nesse contexto, argumenta-se que esses mandatos normativos podem ser tensionados pelas análises interseccionais.

Palavras-chave: Bissexualidade, Monodissidência, Sexualidade, Interseccionalidade, Psicologia.

Bisexuality and Monodissidence Based on an Intersectional Perspective

Abstract: This theoretical essay discusses how bisexuality and monodissidence have been studied primarily but not exclusively by psychology based on an intersectional perspective. It analyzes research in sexual and gender diversity, focusing on bisexuality and monodissidence as sexual orientations and the political tensions that involve academia and social movements. It then discusses the conceptual construction in this field and contemporary debates involving other identities, practices, and expressions such as non-binary, pansexuality, among others. Finally, it proposes considering these expressions of sexuality, which are rarely discussed academically, from an intersectional perspective. It concludes by highlighting the problematizations regarding the ways psychology has been treated bisexuality and monodissidence, which still includes heterocisnormativity and the binary perspectives that permeate and constitute the norm. Thus, we argue that intersectional analyses can challenge these normative mandates.

Keywords: Bisexuality, Monodissidence, Sexuality, Intersectionality, Psychology.

Bisexualidad y Monodisidencia desde una Perspectiva Interseccional

Resumen: Este ensayo teórico analiza cómo la bisexualidad y la monodisidencia han sido estudiadas, principalmente y no exclusivamente, por la Psicología desde una perspectiva interseccional. En este sentido, presenta un análisis de la investigación en el campo de la diversidad sexual y de género, centrándose en la bisexualidad y la monodisidencia como orientaciones sexuales y en las tensiones políticas que involucran tanto a la academia como a los movimientos sociales. Posteriormente, analiza la construcción conceptual en este campo y los debates contemporáneos que involucran otras identidades, prácticas y expresiones como el no binarismo y la pansexualidad, entre otras. Finalmente, propone considerar estas expresiones de la sexualidad, poco abordadas académicamente, desde una perspectiva interseccional. Concluye con énfasis en las problematizaciones sobre cómo la bisexualidad y la monodisidencia han sido abordadas por la Psicología, que aún está permeada por la heterocisnormatividad y las perspectivas binarias que permean y constituyen la norma. En este sentido, argumenta que estos mandatos normativos pueden cuestionarse mediante análisis interseccionales.

Palabras clave: Bisexualidad; Monodisidencia, Sexualidad, Interseccionalidad, Psicología.

Introduzindo o debate

Nos debates de diversidade sexual e de gênero comumente utiliza-se a categoria LGBT (LGBTI+, LGBTIQ+ ou LGBTQIAPN+ e outras variações)¹ para incluir as diversas identidades sexuais e de gênero em dissidência à heterocisnormatividade. Por um lado, o uso político dessas categorias pode reforçar alianças para conquistar direitos. Por outro, pode-se tratar os sujeitos como se fossem uma unidade representativa da diferença, relegando orientações sexuais menos discutidas no interior do movimento e da sociedade – como ocorre com a bissexualidade, a pansexualidade e outras categorias não monossexuais – a lugares de menor relevância. Além disso, muitas vezes, se faz uso do termo bissexual para representar todas as categorias monodissidentes², por ser um termo mais reconhecido socialmente. E, ainda, muitas vezes a bissexualidade aparece como uma categoria isolada e abstrata nos estudos, criando um

sujeito “bissexual universal” que representa todas as pessoas bissexuais.

Na Psicologia, reconhecer e discutir essas especificidades configura-se como uma posição ético-política necessária. Nesse sentido, ao longo deste ensaio, problematizam-se as bissexualidades e monodissidências a partir da interseccionalidade, sinalizando como podem operar os marcadores sociais – como gênero, raça, classe social, idade e capacidade – na definição do estatuto da diversidade. Para isso, mapeamos as disputas internas às categorias monodissidentes, problematizando o modo como essas categorias têm sido utilizadas na Psicologia, e ensaiamos formas de operar interseccionalmente os modos de vida monodissidentes a partir de uma posição ético-epistemológica que discuta o entrelaçamento de diferentes opressões e como estas incidem nos modos de produção de subjetividade.

¹ O termo LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) é atualizado de tempos em tempos para acompanhar as demandas das categorias políticas em curso na sociedade. Atualmente, os termos LGBTI+ (incluindo pessoas intersexuais), LGBTIQ+ (incluindo identidades queer) LGBTQIAPN+ (incluindo assexuais, pansexuais, não binários) têm recebido destaque nos movimentos sociais, com o símbolo + destacando esse caráter construtivo do movimento.

² Monodissidência é um termo utilizado para pensar estratégias políticas de aliança entre pessoas monodissidentes, que são pessoas que dissidem da norma monossexista, que impõe a lógica da legitimidade unicamente de orientações que se atraem por um único gênero. Em suma, pessoas monodissidentes são aquelas que se atraem por mais de um gênero (Vas, 2021; Vas & Silva Guimarães, 2023).

Uma categoria em disputa, vidas (in)visibilizadas

Nesse debate dos usos dos termos e como eles impactam a produção de subjetividade, observamos um horizonte de usos dos diversos conceitos das categorias monodissidentes que produzem deslocamento nos modos de vida e se modificam a partir deles. Nesse sentido, o termo bissexualidade pode ser visto como polissemântico, tendo passado por diversos entendimentos ao longo do tempo. Inicialmente, era utilizado apenas para se referir ao hermafroditismo de plantas e animais não humanos. Do século XVII ao XIX, passou a designar pessoas com características anatômicas ou biológicas femininas e masculinas, ou seja, o que hoje é nomeado intersexo. Posteriormente, em 1886, o psiquiatra alemão Richard von Krafft-Ebing, que estudava as “psicopatias sexuais” em homens prisioneiros, atribuiu outro significado ao termo “bissexual” (Shaw, 2023). Nesse sentido, a bissexualidade era vista como uma patologia sexual. Segundo Hanne Blak (citada por Shaw, 2023), a identidade sexual não era pensada nos países de língua anglo-saxônica antes do livro de Krafft-Ebing.

Naquele período, as teorias sobre “inversão” da sexualidade compreendiam homens homossexuais e mulheres lésbicas como “invertidos” psicologicamente. Assim, lésbicas e homossexuais estavam em “corpos errados”, e essa seria a justificativa para o desejo sexual por pessoas do mesmo gênero, pois, na verdade, homens homossexuais seriam “internamente” mulheres, e mulheres lésbicas seriam “internamente” homens. Por essa explicação, “bissexualidade” era entendida como um “hermafroditismo psicosexual”. Assim, como a pessoa bissexual teria internamente um lado “feminino” e o outro “masculino”, seu lado feminino tinha desejo por homens, enquanto o masculino tinha desejo por mulheres (Eisner, 2013).

Para Shiri Eisner (2013), as teorias da inversão sexual tinham uma visão binária, heterossexista e androcêntrica de gênero, compreendendo a bissexualidade e a intersexualidade como “anormais”. Apesar disso, a autora observa certa potência na conexão entre a bissexualidade e a intersexualidade nessas teorias. Freud, por sua vez, descreveu a bissexualidade como uma sexualidade originária do desenvolvimento sexual. Em seu entendimento, toda pessoa nasceria bissexual, desejando ambos pai e mãe. Por isso, o bebê, na teoria freudiana, era compreendido como

dotado de uma sexualidade “perversa polimorfa”, na qual a pulsão sexual seria dirigida a diferentes objetos, até que fosse capaz de reprimir seus impulsos primitivos e infantis e se desenvolvesse de modo saudável para a heterossexualidade ou, de forma incompleta/invertida, para a homossexualidade, o que sempre envolveria a escolha por um objeto específico (feminino ou masculino) (Eisner, 2013; Jaeger, Nunez, Oliveira, & Toneli., 2019, Lewis, 2012). Assim, a teoria de Freud impacta a deslegitimação e os preconceitos associados à bissexualidade – por exemplo, a ideia de que pessoas bissexuais têm uma sexualidade exacerbada, imatura, primitiva e não desenvolvida (Eisner, 2013; Jaeger et al., 2019, Lewis, 2012).

Outro autor que teve grande impacto na forma como a bissexualidade foi entendida na academia e na sociedade foi Alfred Kinsey, que desenvolveu, no século XX, a Escala Kinsey de mensuração da sexualidade. Nela, a homossexualidade e a heterossexualidade eram colocadas em uma gradação de 0 a 6, sem a categoria “bissexual” na classificação do autor (Lewis, 2012), embora sua grade permitisse possibilidade para “práticas bissexuais”. Julia Shaw (2023) considera que a Escala de Kinsey não tinha o tom moralista ou julgador, apenas classificatório e descritivo. Além disso, sua escala também abria um espectro da sexualidade para além do binômio “hetero x homo”, sendo inclusive crítico desse binarismo (Eisner, 2013; Shaw, 2023). De acordo com Eisner (2013), Kinsey era bissexual e acreditava que o mundo não era dividido de forma tão polarizada como os seres humanos costumam dividir as sexualidades.

Shaw (2023) e Eisner (2013) afirmam que a escala abriu espaço para a considerar a existência da bissexualidade de forma não patológica. Por outro lado, a bissexualidade fica perdida dentro desse espectro “hetero x homo” na escala, não sendo tratada como uma identidade e sexualidade humana integral, assim como pensa Miguel Obradors-Campos (2011). A pessoa bissexual não é uma pessoa hétero um pouco homo, nem uma pessoa homo um pouco hétero. A bissexualidade não é um entremeio, ela é inteira.

Kinsey, no entanto, não foi o único a medir a sexualidade humana. Outra forma de mensuração foi a grade de Klein, criada pelo psiquiatra norte-americano bissexual Fritz Klein (1978). A escala Klein foi elaborada com o objetivo de mediar conversas entre psicólogos(as) e pacientes sobre sexualidade, abrangendo temas como atração, comportamento sexual,

preferência emocional, preferência social, estilo de vida e autoidentificação, considerando passado, presente e futuro. Klein considerava a possibilidade de a pessoa ser uma “bissexual saudável” e uma “bissexual perturbada”, esta última quando havia conflito entre identidade e comportamento. Apesar de ter apresentado um relativo avanço em relação à escala Kinsey, ainda mantinha a sexualidade humana como uma questão de “preferência” baseada na polarização entre homossexual x heterossexual (Lewis, 2012; Shaw, 2023).

Outro autor reconhecido nos estudos da bissexualidade é o jurista Kenji Yoshino (2000). Em sua definição de bissexualidade, Yoshino se aproxima da noção de Kinsey de uma bissexualidade “simétrica”. Assim, ele considera a bissexualidade como a “habilidade de sentir mais do que desejo sexual ocasional por ambos os sexos”³ (Yoshino, 2000, p. 316, tradução nossa). Nesse entendimento, a bissexualidade exclui pessoas que tenham desejos ocasionais por um gênero ou por outro, sendo a sexualidade definida por sua predominância. Como o próprio exemplo que o autor discorre sobre uma pessoa que experimentou “comportamentos homossexuais” na juventude, mas que depois passou a ter “atividades completamente heterossexuais” na vida adulta não poderia ser considerada bissexual.

Apesar de sua importância nos estudos sobre a bissexualidade, sobretudo em suas contribuições para o entendimento do apagamento bissexual, a conceituação de Yoshino é restritiva, excluindo vivências diferentes das bissexualidades, além de desprezar a auto nomeação de pessoas bissexuais e a possibilidade da fluidez sexual, o que sugere a ideia de uma “bissexualidade verdadeira” e até mesmo métrica.

Obradors-Campos (2011) compreende que, assim como acontece na definição de Yoshino, muitas das definições de bissexualidade obedecem ao binarismo de sexo/gênero. Desse modo, a bissexualidade, como orientação sexual, primeiramente significou atração por homens e mulheres, o que, pela lógica de uma sociedade binária, implicaria na atração por todo tipo de pessoa. Entretanto, com a ascensão cada vez mais do questionamento do binarismo na sociedade e a denúncia de conotações discriminatórias com

pessoas transexuais e intersexo neste conceito de bissexualidade, muitas passaram a se identificar como pansexuais ou omnissexuais. A diferença entre o primeiro e o segundo é que o prefixo “pan” tem origem no grego clássico, enquanto “omni” vem no latim, mas ambos significam “todo” ou “tudo”.

No entanto, Obradors-Campos (2011) defende que, no contexto em que a definição de bissexualidade foi criada, o mundo (pelo menos ocidental e/ou ocidentalizado/da colonialidade) era dividido entre “homens” e “mulheres”. Assim, ter desejos por homens e mulheres seria o equivalente a sentir atração por “tudo”, ou seja, o mesmo significado que pan e omnissexual. Além disso, os significantes (como bissexual, pansexual, omnissexual) não têm significado fixo e imutável, sendo alteráveis ao longo do tempo e dependendo de seu contexto histórico e uso pessoal. Apesar disso, Obradors-Campos (2011) reconhece que muitos usos do termo “bissexualidade” reiteram o binarismo de gênero.

Entretanto, diversos movimentos têm rompido com essa noção binária e cis⁴ da bissexualidade, como se o “bi” significasse dois e correspondesse a homem e mulher, interpretação que inclusive já foi utilizado por diversos movimentos bissexuais e textos sobre bissexualidade (Eisner, 2013). O próprio Manifesto Bissexual (Network, 1990), publicado na revista *Anything That Moves*, em 1990, questionava essa visão de uma bissexualidade baseada em um binarismo de gênero. Diversos ativistas têm buscado romper com as noções patológicas e binárias sobre a bissexualidade na academia. Robyn Ochs descreve a bissexualidade como “. . . a possibilidade de sentir atração, romântica ou sexualmente, por pessoas de mais de um sexo, não necessariamente ao mesmo tempo, do mesmo jeito e no mesmo grau”⁵ (Ochs & Rowley, 2009, p. 8, tradução nossa). Essa definição rompe como a noção quantitativa de Kinsey ou de Yoshino, como se a pessoa bissexual tivesse que ser “metade heterossexual, metade homossexual”.

Esse tipo de conceituação mais ampla de bissexualidade tem se difundido cada vez mais no meio acadêmico nos últimos anos. Shaw (2023) e Eisner (2013) se inspiram no conceito trazido por Robyn

³No original: “ability to feel more than incidental sexual desire for both sexes”.

⁴Cis ou cisgênero refere-se à identidade de gênero que está em conformidade com o sexo atribuído no nascimento.

⁵No original: “. . . the potential to be attracted, romantically and/or sexually, to people of more than one sex, not necessarily at the same time, not necessarily in the same way, and not necessarily to the same degree”.

Ochs e Sarah Rowley para descrever a bissexualidade. No sentido que as autoras colocam, e reiteramos aqui, o “bi” significa dois e corresponde a “do mesmo e de outro”, o que representa uma atração sexual independente do gênero. É por isso que muitas pessoas bissexuais relatam que se atraem “por pessoas”, e não pelo gênero masculino ou feminino. Além disso, algumas autoras, como Shaw e Eisner, utilizam o termo “bissexualidade” como um termo guarda-chuva e o elegem por ser o mais conhecido socialmente, mas outros termos, como pansexualidade, plurissexualidade, omnissexualidade, polissexualidade, multissexualidade⁶ e gênero fluido, podem denotar sentido similar. Por essa perspectiva, é frequente o uso do termo “bissexualidade” de modo a englobar todas as identidades dentro do “espectro bissexual”, ou seja, as identidades não monossexuais, que se atraem por mais de um gênero.

Flanders (2017), ao discutir a complexidade da definição da noção de “guarda-chuva bissexual”, ou espectro bissexual, aponta que o seu uso pode ser útil por agregar mais pessoas nas pesquisas; porém, essa inclusão pode levar, paradoxalmente, ao apagamento de alguns grupos que não se denominam bissexuais. Os benefícios de utilizar a ideia de guarda-chuva bissexual são que existem experiências similares entre esses grupos, o que inclusive é demonstrado por estudos com pessoas pansexuais, bissexuais e *queer*, e o que os une é a atração por mais de um gênero e a exclusão por uma sociedade monossexista, que somente considera como legítima a atração por um único gênero. Outra similaridade apontada é o alto nível de problemas de saúde física e mental de pessoas não monossexuais em comparação com pessoas monossexuais, o que reforça a necessidade de que serviços de saúde deem atenção especial à não monossexualidade.

Por outro lado, o termo “guarda-chuva” bissexual pode também apagar algumas diferenças entre os grupos, inclusive porque algumas pessoas não se identificam com o termo “bissexualidade”, por considerá-lo binário e excludente de pessoas trans. Outra complexidade do “guarda-chuva” bissexual é que agrupar pessoas bissexuais, de diferentes gêneros, raças, classes e outros marcadores sociais, sem considerar essas diferenças, pode levar à invisibilização dos

modos particulares como se produz a experiência bi e como ela é, ou deixa de ser, reconhecida socialmente. O termo não monossexual, apesar de útil, também apresenta alguns problemas, como não ser um termo êmico em muitos casos e também por ser definido pelo que as pessoas não são (Flanders, 2017).

No Brasil, o termo bissexual começou a circular ligado um estereótipo negativo em meio à epidemia de HIV/aids nos anos 1980, quando homens bissexuais foram acusados de serem a ponte entre o “mundo gay” e o “mundo heterossexual”, supostamente espalhando a infecção para mulheres e crianças. Nessa época, em muitas cidades do país, o termo “bissexual” ainda não era utilizado, e muitas pessoas bissexuais eram compreendidas como homossexuais disfarçados, o que está conectado ao estereótipo de que pessoas bissexuais seriam traidoras e falsas. Um termo pejorativo comum utilizado para referir-se à bissexualidade era “gilete” (cortar para os dois lados, remetendo a uma lâmina de barbear/depilar da época), associado a essa ideia de suposta “vida dupla” das pessoas bissexuais (Saldanha, 2023).

No curso das políticas de prevenção que se sucederam ao advento da epidemia de aids, muitas políticas e ações passaram a utilizar o termo “HSH” (uma categoria mais epidemiológica que êmica), homens que fazem sexo com homens, para referir-se a homens que não se identificavam como homossexuais e tinham relações com outros homens, seja por não quererem se identificar em tal grupo, seja porque sua identidade não se encaixa na homossexualidade, como é o caso de homens bissexuais. Deve-se considerar, nessa perspectiva, o fato de que culturalmente no Brasil um homem que penetra outro homem não necessariamente se identifica como homossexual ou bissexual. Esse histórico de patologização e criação de um estereótipo ligado a doenças, como a aids, levou ao reforço de diversos preconceitos contra pessoas bissexuais (Saldanha, 2023).

Atualmente, o Conselho Federal de Psicologia (*Resolução nº 8, 2022*) reforça essa abertura de identidades bissexuais plurais, segundo a Resolução nº 8/2022, que estabelece as normas de atuação para profissionais da psicologia em relação às bissexualidades e demais orientações não monossexuais, essas

⁶Todas essas sexualidades se orientam de alguma forma pela ideia de “atração por mais de um gênero”, sendo que a polissexualidade significa “atração por muitos gêneros”, plurissexualidade e multissexualidade são termos guarda-chuva menos comuns que englobam diversas sexualidades que se atraem por mais de um gênero (Brandão, 2022; Maliepaard & Baumgartner, 2020; Vas, 2021).

identidades como “orientações sexuais nas quais a atração afetivo-sexual está direcionada a mais de uma identidade de gênero” (p. 1). Além disso, o CFP tem como preceito o reconhecimento da bissexualidade como identidade autodeterminada e legítima, além de vedar à prática psicológica o preconceito, exclusão, violência e patologização. Em um cenário histórico de violências acometidas pela Psiquiatria e pela Psicologia, essa resolução do CFP demonstra a aceitação da bissexualidade, o que está longe de indicar que os/as profissionais de Psicologia abandonaram noções patologizantes e monossexistas.

O CFP acompanha, dessa forma, os movimentos que questionam a hegemonia monossexista, especialmente quando considera como dever dos psicólogos(as) “reconhecer as bissexualidades e demais orientações não monossexuais como legítimas, não as vinculando às homossexualidades ou às heterossexualidades” (*Resolução nº 8, 2022*, p. 1). Esses dois preceitos do CFP estão, de certo modo, ao encontro da noção de monodissidência pelos seguintes motivos: 1) consideração da existência de orientações não monossexuais além da bissexualidade; 2) desnaturalização da vinculação das não monossexualidades às monossexualidades.

O termo “monodissidência”, surgido no contexto da militância brasileira, a partir da construção de uma aliança entre a bissexualidade e a pansexualidade (e de outras orientações que se atraem por mais de um gênero), compreende-se como uma “ferramenta analítica político-comunitária que contempla todas as pessoas que se atraem sexual e/ou romanticamente por mais de um gênero” (Vas, 2021, p. 30). A partir desse conceito, opera-se a noção de dissidência da monossexualidade, atrelada ao enfrentamento ao monossexismo e à bifobia.

Apesar da longa trajetória da afirmação da bissexualidade pelos movimentos sociais e na elaboração científica, ademais do avanço das disposições do CFP com relação à bissexualidade e demais orientações não monossexuais, a Psicologia segue enredada em tramas normativas que sustentam o apagamento e a estigmatização. Muitos estudos e práticas ainda são realizados sem considerar os efeitos deletérios do monossexismo e da heterocisnormatividade. Os efeitos dessa inobservância (e, infelizmente, em alguns casos da pactuação normativa), como observamos na seção seguinte, comprometem a participação da Psicologia em relação aos direitos humanos e ao

processo democrático do qual é signatária – ao menos considerando-se a disposição e os importantes avanços do CFP nas questões de gênero e sexualidade, percebemos que tais compromissos são expressivos e efetivos, evidenciados de forma bastante explícita já desde a resolução de 1999 (*Resolução CFP nº 1, 1999*) e das normativas que a sucederam.

Bissexualidade em pesquisas: rotas de problematização

As bissexualidades têm recebido pouca atenção no meio acadêmico (Oliveira & Oliveira, 2021; Silva & Meireles, 2023). Em nosso país, áreas como História, Psicologia e Antropologia têm se aproximado lentamente dessa discussão. Ainda assim, muitas vezes na Psicologia e em outras áreas a bissexualidade aparece apenas como uma menção nominal nos estudos LGBT, sem o devido aprofundamento. Nesse panorama, existem diversas limitações quantitativas e qualitativas nos trabalhos produzidos sobre bissexualidade.

Uma revisão de literatura realizada por Silva e Meireles (2023), com o objetivo de analisar a compreensão da pessoa bissexual em artigos publicados no período de 2015 a 2020 nas plataformas Capes e Scopus, a partir da Psicologia Sócio-histórica, encontrou entendimentos diversos sobre a bissexualidade. Estes variaram desde uma compreensão completamente monossexual, que não concebe a existência da bissexualidade, a uma compreensão que a entende como uma experiência humana natural, ou ainda a partir de uma objetificação das pessoas bissexuais. Boa parte dos estudos encontrados também analisaram os processos de exclusão, invalidação e os estereótipos relacionados à bissexualidade. Todos os artigos encontrados foram escritos em língua inglesa.

Outro estudo de revisão bibliográfica e análise documental, feito por Oliveira e Oliveira (2021), apontou o apagamento da bissexualidade na academia. No portal da Capes, o número de estudos sobre a homossexualidade é dez vezes maior do que os trabalhos que incluem a bissexualidade, sendo que destes, mais da metade apenas menciona a bissexualidade ou não estão disponíveis online. Apesar dessa pequena representação nas publicações, as autoras encontraram mudanças positivas na visão sobre a bissexualidade nos trabalhos feitos no Brasil a partir de 2010, sinalizando a influência do movimento bissexual, o qual tem se fortalecido no Brasil. Desses avaliados como “positivos”, dois são da Psicologia. No

entanto, apontaram para uma falta de artigos produzidos no país que relacionem bissexualidade e violência sexual, resultado que também foi encontrado em outro estudo (Souza et al., 2021).

Ainda sobre a escassez de estudos, em uma revisão sistemática de literatura, Silva e Leite Junior (2020) expuseram a falta de estudos sobre bissexualidade na área de Ciências Humanas. Com buscas a partir dos termos “bissexualidade” e “bissexuais” nas bases Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), nos periódicos da Capes e no Google Acadêmico, essa revisão reforçou o que outras têm mostrado: a escassez dos estudos sobre bissexualidade; o uso do termo bissexualidade apenas como uma inclusão nominal na sigla LGBT, sem um foco específico sobre pessoas bissexuais; a existência de pesquisas de cunho epidemiológico, focadas em doenças sexualmente transmissíveis; e a reiteração de uma relação entre a bissexualidade e a promiscuidade ou ilegitimidade.

A Psicologia, historicamente, se sustentou em paradigmas heterocisnormativos, muitos dos quais continuam a se perpetuar nas clínicas psicológicas e nos currículos em Psicologia (Cannone, 2018; Carvalho, 2020). Uma pesquisa recente apontou que psicólogos(as) têm dificuldade de aceitar e compreender pessoas monodissidentes, as quais, muitas vezes, são entendidas como imaturas, indecisas, promíscuas e até mesmo pecadoras (Damacena & Lima, 2022). Assim, a Psicologia tem seus limites no entendimento da sexualidade humana ao ser atravessada/constituída pela heteronormatividade, a qual delega sexualidades e gêneros dissidentes ao campo da abjeção. Ainda que possamos observar importantes movimentos na produção do conhecimento em gênero e sexualidade (percebidos, por exemplo, na ampliação de grupos de pesquisa nessa temática, muitos deles integrantes dos dois Grupos de Trabalho⁷ sobre gênero e sexualidade na Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP), pesquisas no Brasil mostram que existe uma lacuna na formação em psicologia sobre essas temáticas, o que contribui para a disseminação de apagamentos, patologizações e preconceitos (Lopes, 2023).

Segundo Pichardo Galán e Puche Cabezas (2019), pessoas LGBT sofrem dificuldades na convivência universitária, entre elas a discriminação, a violência, as barreiras burocráticas e a exclusão

epistemológica – essa última devido ao ensino universitário ter se construído predominantemente por um viés positivista, androcêntrico e eurocêntrico, que compreende o mundo a partir das perspectivas de homens cisgênero heterossexuais europeus supostamente neutros, nos quais pessoas LGBT são vistas como “anormais”.

Uma pesquisa realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul com docentes, funcionários(as) e alunos(as) demonstra também que minorias sexuais, mulheres e pessoas pretas e pardas são as maiores vítimas de abuso sexual e moral, sendo que, entre as minorias sexuais, pessoas bissexuais, trans ou não binárias são as mais impactadas enquanto homens heterossexuais são a maior parte dos agressores (Brito, Barbosa, Pavani, & Costa, 2022). Isso é preocupante principalmente quando pensamos que a universidade deveria ser um lugar de pluralidade e de formação de futuros profissionais, inclusive de novos(as) docentes. A própria Psicologia poderia ter a capacidade de mediar preconceitos de gênero e sexualidade no ensino e na profissão (Maia & Pastana, 2018; Paiva, 2008; Stucky et al., 2020).

No entanto, a Psicologia na América Latina tem um histórico de tendências normativas heterocissexistas em suas pesquisas, posicionando-se como neutra e objetiva. A Psicologia patologizou pessoas com base em sua orientação sexual e identidade/expressões de gênero. A heterocisnormatividade se expressa de diversas maneiras na Psicologia, como no uso ahistórico e acrítico dos conceitos de gênero e sexo, na pressuposição da heterossexualidade, na patologização de pessoas que divergem da norma hétero/cis, na busca de cura para certas orientações sexuais e na desumanização e exotização (Barrientos & Radi, 2021).

Os estudos sobre a população LGBTIQ+ na psicologia latino-americana são relativamente recentes e focados principalmente em homens gays ou homens que fazem sexo com homens (incluindo bissexuais), impulsionados pelos estudos epidemiológicos e de saúde durante a pandemia de HIV/aids. Nos últimos anos, essas tendências têm se alterado, com um aumento de pesquisas com lésbicas, pessoas trans e intersexo (Barrientos et al., 2024), o que não significa necessariamente que o discurso hegemônico tenha mudado ou que isso tenha gerado grande impacto na formação em Psicologia.

⁷ Os grupos de trabalho na ANPEPP sobre as temáticas são Psicologia e Estudos de gênero e Psicologia, Política e Sexualidades.

Em uma pesquisa documental nos dois livros mais utilizados de Psicologia do Desenvolvimento nas universidades federais brasileiras, Souza, Fialho, Nunes e Botan (2023) buscaram compreender os discursos de gênero presentes. Em seus resultados, os autores verificaram que há um predomínio dos modelos heterocisnormativos nas obras pesquisadas. A homossexualidade, embora apresentada como não patológica, é vista como uma “exceção” e colocada em comparação com a heterossexualidade. Desse modo, a sexualidade é lida de forma polarizada hétero/homo (Souza et al., 2023), o que demonstra uma posição monossexista da Psicologia.

As referências utilizadas nos cursos de Psicologia podem ser entendidas como discursos com efeito de verdades que atravessam as subjetividades dos(as) discentes e futuros(as) psicólogo(as) (Amaral, Ribeiro, & Barros, 2022; Gomes, Sathler, & Farias, 2022). Roseiro (2022) fez uma pesquisa das dissidências de sexualidade e gênero na Universidade do Espírito Santo (UFES) a partir de alunos formados(as) em Psicologia entre os anos 2000 e 2020. Todos(as) participantes eram ligados(as) a algum ativismo LGBT, o que proporcionou, segundo seus relatos, uma formação “paralela” (ou de corredor) mais dissidente no curso de Psicologia. De acordo com suas vivências, assuntos sobre dissidências de sexualidade eram patologizados ou silenciados por docentes, colegas e pelo currículo acadêmico, principalmente na primeira década de 2000. A tentativa de rompimento, contudo, vinha dos(as) próprios(as) estudantes, que conseguiam apoio com professores(as) ou grupos específicos.

Assim como na UFES, outras universidades também mantêm os estudos de gênero e/ou diversidade sexual mais restritos a grupos, disciplinas ou oficinas específicas, especialmente optativas ou como conteúdos transversais de poucas disciplinas obrigatórias. Essas inclusões, no entanto, não indicam necessariamente um rompimento com a forma em que gênero e sexualidade são debatidos e se há uma proposta de mudança social (Amaral et al., 2022; Gomes et al., 2022).

Uma pesquisa constatou que, apesar de muitos(as) estudantes terem visões sobre a homossexualidade mais positivas e coerentes com ética profissional da Psicologia, de acordo com o CFP, ainda há muitas dificuldades com algumas questões, principalmente com a transexualidade, ainda relatada por muitos(as) deles como uma patologia. Sobre a bissexualidade, a maior parte dos estudantes relata um entendimento

binário, definindo-a como uma atração por “ambos os gêneros” ou “por homem e mulher”, além de relatos de visões patologizantes e estigmatizantes (Mizael, Gomes, & Marola, 2019). A pesquisa foi realizada antes de 2018, ou seja, ainda não havia a Resolução CFP nº1/2018, que estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transsexuais e travestis, que veda posições patologizantes e estigmatizantes dessas identidades.

Assim, apesar das normativas do CFP sobre orientações práticas com pessoas LGBTI+, ainda há uma lacuna nos cursos de graduação sobre gênero, identidade e diversidade sexual (Amaral et al., 2022; Gomes et al., 2022; Roseiro; 2022). No entanto, é importante ressaltar que, mesmo com essa posição oficial, reconhecendo a existência e dignidade de pessoas não monossexuais, ainda é necessário lutar para que não haja retrocessos decorrentes de noções conservadoras, as quais tentam revogar resoluções voltadas ao combate de preconceitos como a LGBTfobia, incluindo a bifobia (Bicalho, 2022).

Ademais, é importante fomentar o debate dentro da Psicologia para que essa resolução não caia no esquecimento. E não apenas pensar a bissexualidade e as demais não monossexualidades, mas também refletir sobre os efeitos de outros marcadores sociais com a bissexualidade. Recuperando os termos da Resolução CFP nº 8/2022: é nosso dever “reconhecer as interseções entre território, raça, etnia, classe, geração, deficiências, identidades e expressões de gênero como marcadores sociais de diferenças” (p. 1). Assim, projetamos pensar bissexualidades, e não uma bissexualidade universal, e, do mesmo modo, pansexualidades, polissexualidades e demais categorias que venham a surgir, em conjuntos com outros marcadores.

Modos de vida monodissidentes em intersecção

A bissexualidade, assim como o monossexismo, não pode ser vista de modo isolado na sociedade (como uma identidade monolítica, sem fissuras, contradições, descontextualizada). Nossa aposta neste ensaio é considerar quando e como se articulam outras interseções, como gênero, raça/etnia, classe social, nacionalidade, regionalidade e capacidade. O termo “interseccionalidade” foi cunhado pela jurista estadunidense negra Kimberlé Crenshaw (1989) em seu artigo intitulado *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex*, no qual lança críticas

tanto ao movimento negro – por focar a discriminação racial na experiência de homens negros e de classe alta e deixar aquém as queixas das mulheres negras –, quanto ao movimento feminista branco, que partia de uma concepção de discriminação de gênero a partir da vivência de mulheres brancas de elite, sem considerar questões específicas de mulheres negras, das quais não tinham nem mesmo sua existência considerada pelo feminismo branco. Nesse panorama, diversas mulheres negras apontavam as falhas desses movimentos antidiscriminatórios que não abarcavam as mulheres negras. Assim, a autora formula a ideia de “interseccionalidade” como uma proposta de análise da discriminação que cruze gênero e raça.

Apesar de ter sido cunhada em meio às discussões do feminismo negro nos Estados Unidos e ter sido institucionalizado nos anos 1990, a interseccionalidade vai além do uso do termo (Bilge & Collins, 2021; Nogueira, 2017), estando presente no ativismo, na política comunitária, nos estudos acadêmicos e em diversas instituições, muito antes de sua nomeação. Um exemplo famoso da noção de interseccionalidade antes da sua nomeação é o discurso *Ain't I a Woman?* (Eu não sou uma mulher?) proferido em 1851 por Sojourner Truth, abolicionista negra, na convenção anual de direitos das mulheres em Akron, Ohio. Nesse discurso, ela criticou os estereótipos de mulher trazidos pelo feminismo branco da época. Quando diversas mulheres brancas gritaram tentando impedi-la de falar, Sojourner falou na convenção logo após um homem branco alegar que mulheres não poderiam trabalhar por serem, supostamente, fisicamente inferiores. Assim, quebrou esses argumentos expondo a realidade de mulheres negras que sofreram o destino do trabalho manual devido à escravização, o qual exigia muita força e exaustão física, uma submissão muito diferente daquela imposta a mulheres brancas, vistas como frágeis e incapazes para o trabalho (Crenshaw, 1989, hooks, 1981/2020).

Também antes da nomeação do termo “interseccionalidade”, movimentos sociais, como o GLF (*Gay Liberation Front*) e o movimento Panteras Negras, nos Estados Unidos, tentaram se aproximar e se articular por volta da década de 1970. No entanto, as acusações de homofobia nos Panteras Negras e de racismo entre os membros da GLF, que eram em sua maioria brancos, dificultavam a aliança entre esses grupos, o que inclusive levou ao rompimento de parte de membros do GLF, que criaram o *Gay Activists Alliance* (GAA)

com o intuito de focar unicamente na homossexualidade. Em outras palavras, apesar de resistências, a perspectiva interseccional já estava presente também em movimentos gays antes de sua formalização e institucionalização na academia (Quinalha, 2022).

Audre Lorde (2019), ativista e lésbica feminista interseccional estadunidense, pensava as opressões de modo imbricado, sem sobreposição de uma sobre a outra, compreendendo que o sexismo, heterossexismo e racismo vinham de um mesmo cerne: a crença na superioridade e o desejo por dominação. De modo similar, podemos pensar o monossexismo junto a essa amálgama de opressões, na qual inclui também a crença na superioridade de monossexuais sobre não monossexuais.

Além das contribuições advindas do Norte Global, diversas mulheres chicanas, asiáticas-americanas, brasileiras, indígenas, indianas, entre outras, já trabalhavam questões de gênero articuladas com outros eixos de opressão, como raça, classe e nacionalidade. No Brasil, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro subverteram a concepção de uma ideia de mulher abstrata e universal, recorrentemente colocada no feminismo branco, e propunham uma articulação de raça e classe na análise da violência de gênero sofrida por mulheres (Collins & Bilge, 2021; Gonzalez, 2020; Kyrillos, 2024; Nascimento, 2018). Sueli Carneiro aponta que essa problematização foi posta a partir da prática de movimentos sociais de mulheres negras, e incorporada pela academia (Carneiro & Setubal, 2025).

Em suma, essas autoras propõem que a análise de gênero não deve ser feita de forma isolada, e que a categoria “mulher” não pode ser singular, mas plural, em que diferentes “mulheres” possuem suas especificidades de acordo com diversos eixos de opressão na sociedade, sendo um deles a opressão de gênero, de forma articulada com outros eixos, como raça, classe, sexualidade, religiosidade, capacidade e geração. Isso significa que essas categorias não podem ser compreendidas de forma isolada, e que formam uma rede complexa de opressões. Dessa forma, a abordagem interseccional parte de uma recusa da essencialização das categorias ao propor uma análise prática dos problemas sociais conforme as especificidades dos contextos históricos e sociais (Collins & Bilge, 2021; Gonzalez, 2020; Kyrillos, 2024; Nogueira, 2017).

Patricia Collins e Sirma Bilge (2021) sistematizaram seis princípios centrais da interseccionalidade: 1) desigualdade social, pois essa lente teórica é

considerada multicausal e é formada pela interação de diversos eixos de poder e opressão; 2) poder, que é multidimensional e pode ser analisado por meio de seus diferentes domínios/esferas, como estrutural, disciplinar, cultural e interpessoal; 3) contexto social, que pode ser global, nacional ou particular em determinada situação/grupo; 4) relacionalidade, que se refere à interação entre os elementos analisados, por exemplo, gênero e sexualidade/orientação sexual; 5) complexidade, que ocorre justamente devido à multidimensionalidade de sua análise e estratégia; e 6) compromisso com a justiça social, que tem sido um foco da análise interseccional enquanto práxis crítica e política.

Assim, a interseccionalidade, enquanto ferramenta de análise, enfatiza as relações de poder. Ao observarmos o domínio estrutural, podemos situar as instituições sociais, a economia, as políticas públicas e as relações de trabalho que operam com dispositivos marcados pelo gênero, mas que, quando muito, circunscrevem seu campo de intervenção ao domínio do par homens e mulheres cisgênero. Ainda que se possam perceber mudanças estratégicas, elas, muitas vezes, fazem apenas menção nominal à bissexualidade em algumas políticas públicas e ações, a exemplo da Política Nacional de Saúde Integral LGBT (Ministério da Saúde, 2013).

Quanto ao domínio disciplinar, que se refere aos efeitos diretos da ação das políticas sobre as populações, pode-se observar a total ausência de referentes críticos ao impacto sobre pessoas monodissidentes, o que as torna ainda mais vulneráveis diante dos efeitos de regulação biopolítica, por exemplo. Sobre o domínio cultural, que se refere à importância da cultura, pode-se mencionar o privilégio representacional nas agendas e pautas em vários âmbitos da vida social, como em narrativas literárias, filmicas, teatrais etc. E quanto ao domínio interpessoal, podemos situar os efeitos das contingências supracitadas nos modos singulares de vida, cujos efeitos passam, entre outros, por agravos na saúde e impactos negativos no bem viver.

Quinalha (2022) aponta a necessidade de que os movimentos LGBTI+ se aproximem de políticas interseccionais e emancipatórias, articulando não apenas sexualidade e identidade de gênero, mas outros marcadores sociais da diferença, como classe, raça, capacidade, entre outros. Para o autor, o próprio símbolo “+” na sigla atual LGBTI+ representa esse caráter mutável e aberto do movimento, embora ainda seja

necessário avançar no reconhecimento de diversas identidades dentro dele, como a bissexualidade e a pansexualidade, que são comumente rejeitadas e desqualificadas (Siqueira & Klidzio, 2020).

Assim, pode ser banal a inclusão apenas nominal da bissexualidade com o “B” em LGBTI+, o que não significa que a bissexualidade seja discutida e considerada seriamente nas pautas dos movimentos e nas pesquisas acadêmicas (Siqueira & Klidzio, 2020). Essa inclusão não foi linear nem unânime. Entre o final dos anos 1999 e início dos anos 2000, quando se discutia a escolha entre a sigla GLT ou GLBT, muitas pessoas dentro dos movimentos deslegitimavam a identidade de pessoas bissexuais e as associavam a uma identidade “enrustida” (em referência à ideia de uma homossexualidade/lesbianidade supostamente não aceita) (Facchini, 2005). Além disso, ainda que haja consideração específica sobre a questão da bissexualidade, um problema recorrente é que a identidade “bissexual” muitas vezes aparece como homogênea (Flanders, 2017; Shaw, 2023). Por exemplo, nas pesquisas sobre bissexualidade, é comum que pessoas bissexuais não brancas costumem ter suas experiências solapadas em uma amostra “bissexual” (Shaw, 2023).

Existem outros marcadores sociais e sistemas de opressão que devem ser considerados nos estudos bissexuais. Por exemplo, mulheres bissexuais podem experimentar discriminação de gênero similares às demais mulheres, como o receio de andar sozinha à noite em uma rua escura por medo de ser estuprada. Em outras situações, como quando estão com uma parceira mulher, podem enfrentar discriminação em um restaurante por demonstrarem afeto em público – experiência semelhante à de um casal lésbico. Ao mesmo tempo, algumas experiências serão especificamente por serem mulheres bissexuais, como quando homens as sexualizam em um relacionamento amoroso e esperam que aceitem, por serem bi, relações sexuais a três com outra mulher, apenas pelo fato de serem bissexuais.

Na questão do trabalho doméstico, a vivência de mulheres bissexuais se aproxima à de das mulheres heterossexuais quando se relacionam com homens, que são beneficiados pelo machismo e monogamia, restando às mulheres limpar a casa, fazer comida e cuidar do sistema familiar. A monogamia e a crença cristã de submissão ao marido formam terreno para a perpetuação das violências domésticas contra as mulheres, cometidas abundantemente por homens

cis heterossexuais (Núñez, 2023). Já os homens bissexuais, sobretudo os não brancos, costumam ser estigmatizados e culpabilizados como “pontes de HIV”, como se fossem os responsáveis por transferir o vírus da comunidade homossexual para a heterossexual (Saldanha, 2023). Há também o caso de pessoas bissexuais com deficiência, que ora passam por hipersexualização devido à bissexualidade, ora por dessexualização devido à deficiência, além de sofrerem apagamento tanto de sua sexualidade quanto de sua deficiência, vivenciando uma interação de opressões (Shaw, 2023).

Quando se pensa no envelhecimento da população, esse problema se repete. Há uma lacuna na produção de trabalhos sobre gênero, envelhecimento e sexualidade, embora isso tenha se modificado nos últimos anos, com o aumento de publicações a partir de 2010 (Fernandes, Barroso, Assis, & Pocahy, 2015; Pocahy & Dornelles, 2017). Mesmo em publicações mais recentes, quando há tentativa de aproximação dessas temáticas, observa-se um apagamento da bissexualidade. Uma revisão sistemática, feita nas plataformas SciELO e BVS no período entre 2017 e 2022, por Konrath, Rama e Barbosa (2023) sobre pessoas LGBT e envelhecimento, mostrou a escassez de estudos com essa intersecção. Os poucos trabalhos encontrados concentram-se em “homens homossexuais” e “pessoas LGBT” de forma agrupada, sem nenhum foco na vivência bissexual.

Outro exemplo de intersecção entre bissexualidade e outra categoria é o da transexualidade e travestilidade. Apesar de pessoas bissexuais terem sido, erroneamente, acusadas por muito tempo de transfobia, alguns movimentos sociais apontam a possibilidade de aliança entre a transexualidade/travestilidade e a bissexualidade, uma vez que ambas podem romper com os binarismos de gênero e sexualidade, estando esses marcadores entrelaçados na existência de pessoas trans bissexuais (Shaw, 2023; Eisner, 2013).

Nesse sentido, Eisner (2013) aponta o movimento bissexual como inclusivo de gênero, tendo homens cis e pessoas trans em seu interior desde os movimentos iniciais⁸. Eisner (2013) finaliza seu argumento apontando que o movimento bissexual também possui uma perspectiva antirracista e anticapacitista. A Frente Bissexual Brasileira ([FBB], 2021) também considera a bissexualidade de forma plural, não se

fechando em uma identidade única, além de se posicionar como antirracista, trans aliada, anticapacitista, antifacista, antipatriarcal, feminista e interseccional. Em sua definição, no Manifesto Bissexual Brasileiro, proferido pela primeira vez em 25 de setembro de 2021, na segunda edição online do Festival BI+ pelo YouTube, a FBB (2021) expôs que:

Bissexuais são pessoas para quem o gênero não é um fator determinante da atração sexual ou afetiva. Não existe um jeito certo ou errado de ser bissexual, apenas somos. Nossa sexualidade existe de forma plena e possui uma história própria que nos permite estarmos hoje aqui, com orgulho de ser quem somos. Somos também pessoas negras, gordas, trans, com deficiência, neurodivergentes, indígenas, pobres, intersexo, vivendo com HIV/AIDS e de todas as regiões do país. Somos mais (p. 5).

Bilge e Collins (2021) apontam para uma noção de identidade construída a partir das relações de poder, enfatizando os termos da ação política em sua construção. No entendimento das autoras, a identidade é múltipla e complexa, abarcando diversas “identidades” que se cruzam nas vivências dos sujeitos. A identidade, assim, não é entendida como uma essência intrínseca e fixa à pessoa, mas um lugar político frente à complexidade das relações de poder. Pode-se considerar que as pessoas, em vez de possuírem uma identidade monolítica, possuem “múltiplas” identidades, uma vez que suas subjetividades são produzidas conforme as situações e as relações de poder. Dessa forma, em vez de entender a identidade como algo único, a ótica interseccional a compreende como complexa e política (Collins & Bilge, 2021).

Nessa direção, acompanhamos Conceição Nogueira (2017), que propõe uma análise interseccional que deve considerar as especificações históricas e sociais dos grupos, com ênfase na compreensão das dimensões de opressão e privilégio que ocorrem em determinado contexto. Um desafio na análise interseccional é o risco de tentar abarcar diversas intersecções e dissolver questões particulares de certos grupos e, contraditoriamente, acabar regressando a um “uno”. Para evitar essa condensação em uma unidade de identidade, Nogueira (2017) aconselha

⁸Eisner (2013) não utiliza o termo “homens cis” em seu livro, mas podemos subentender que se trata de tal categoria.

eleger marcadores sociais da diferença para análise – por exemplo, gênero, raça e sexualidade –, e justificar explicitamente suas escolhas, de acordo com a relevância para o contexto.

Diante desse panorama, a interseccionalidade reposiciona as apostas teóricas e políticas no interior dos estudos de gênero, sexualidade, raça, classe e outros marcadores sociais (Pocahy, 2011). Longe de operar como simples agregação de opressões, o conceito propõe uma leitura relacional e situada das desigualdades produzidas na agonística da diferença, que passam a ser compreendidas também como efeitos de regimes de saber-poder. Seguindo as elaborações de Sirma Bilge (2009), a interseccionalidade se configura como uma teorização que recusa a hierarquização dos eixos de diferenciação social e aposta em uma abordagem capaz de analisar as identidades e as formas de dominação em sua complexidade discursiva; a isso, acrescenta-se, ainda, sua dimensão contexto-dependente (Meyer, 2012), que localiza não apenas a geopolítica da diferença, mas os mecanismos locais que contingenciam as relações sociais e os modos de subjetivação.

Algumas formulações em pesquisa vêm experimentando a leitura do conceito a partir de suas implicações nos processos de subjetivação – que podem se relacionar a eixos de opressão, mas também se constituem a partir de uma série de outras formas, como os sujeitos se relacionam consigo mesmos/as, com base em determinados códigos morais/culturais ou contingências sociais mais amplas. Tais processos não se relacionam apenas à questão de marcadores da diferença, mas correlacionam-se a eles. Em estudos anteriores, um dos autores deste texto (Pocahy, 2011) discutiu como a interseccionalidade, ao problematizar os jogos de verdade que se sustentam pelos dispositivos regulatórios de gênero, raça/etnia, classe e sexualidade, oferece subsídios importantes para compreender os modos pelos quais certos sujeitos ganham inteligibilidade social (com efeitos pessoais e subjetivos), enquanto outros são produzidos em zonas de opacidade ou abjeção – como nos parece ser o caso das monodissidências. Essa perspectiva dialoga com os fundamentos do pensamento feminista negro, particularmente com as contribuições de Kimberlé Crenshaw (1989), ao evidenciar as interdependências entre sistemas de opressão e as formas de constituição subjetiva (Pocahy, 2011).

No campo da Psicologia, essas articulações entre marcadores da diferença, sob uma mirada

ético-política ocupada com a produção da norma (e seus efeitos sociais deletérios), contribuem para o alargamento das abordagens centradas na análise da produção de subjetividades. Isto é, a interseccionalidade, tomada como operador conceitual (e fundamentalmente político), é capaz de tensionar as normas que atravessam a constituição dos sujeitos, especialmente no que diz respeito às formas de regulação que definem o que é possível ser, dizer ou viver do ponto de vista da sexualidade. Tais normas também definem o estatuto contemporâneo do que se constitui como humano viável ou inviável, possível ou impossível, como discutido aqui a partir da experiência da bissexualidade. Ao enfatizar as condições de emergência do sujeito em meio a disputas discursivas, a interseccionalidade se consolida como ferramenta teórica que sustenta abordagens éticas – e, portanto, situadas – no enfrentamento das desigualdades. Isso permite ampliar o mapa das relações de força que definem também os limites de inteligibilidade, e até mesmo de privilégios, no interior do que se poderia compreender como um plano ou campo de existência monodissidente.

(Re)pensar a Psicologia a partir das monodissidências: considerações finais

Com este ensaio, buscamos localizar os principais debates e estudos sobre bissexualidade e monodissidências. Nesse percurso, consideramos que essas categorias são fundamentais para a compreensão da heterocisnormatividade. Para isso, foi preciso reafirmar a interseccionalidade como horizonte ético-epistemológico. Por meio desse conceito-prática, ampliamos nossas possibilidades de compreensão dos processos de subjetivação e modos de vida produzidos na e com a diferença. Afinal, a interseccionalidade nos permite compreender a bissexualidade como uma experiência situada, crítica e política. Situada, porque marcada desde jogos de verdade (empenhados na fixação/normatização da diferença – que pressupõe, por exemplo, a bissexualidade como uma “indecisão”); crítica, porque capaz de tensionar os estatutos da representação e do reconhecimento (inclusive no interior da política de identidade); e, por fim, político-estética, porque efetivamente capaz de arriscar estabelecidos, produzindo deslocamentos de sentido e afirmação da vida e, quem sabe, uma outra sensibilidade diante do mundo. Portanto, do ponto de vista dos desafios à psicologia, ponderamos

sobre o exercício contínuo da inflexão ético-interseccional, balizada pelos princípios e pela prática social que esta representa.

De acordo com os estudos revisitados no curso deste trabalho e a partir da aposta na crítica da interseccionalidade, observamos que as experiências da bissexualidade podem ser vividas e percebidas de forma radicalmente distinta, a depender dos atravessamentos de raça, classe, gênero, território e corporalidade (entre muitos outros e particulares atravessamentos); além disso, podem ser consideradas (legítimas) ou não no interior das próprias sexualidades e gêneros dissidentes. Por isso, a marca de um lugar de origem, os resíduos de um pertencimento religioso, o ideal de masculinidade ou feminilidade que se ofereceram no curso da vida (ou a recusa a este) e um processo de escolarização podem influenciar essa construção. As relações no mundo do trabalho, regulado pela racionalidade neoliberal ou um outro modo de circulação nesse mundo, e os modos como as monodissidências são compreendidas no campo da política de identidade, tudo isso, entre

outras infinitas questões e conjecturas, podem informar elementos que singularizam não apenas o modo como alguém enuncia algo sobre si, mas o que enuncia e como pode enunciar (incluindo-se, aqui, nesta ideia de enunciação, formas de sofrimento psíquico).

A interseccionalidade não apenas analisa (ou evidencia) opressões; ela nos permite operar em um plano de problematização – compreender como um dado conjunto de práticas, discursivas ou não, faz com que algo entre no jogo do verdadeiro e do falso, constituindo-se como objeto de saber, de controle ou de subjetivação (segundo Michel Foucault) –, potencializando a crítica sobre os modos como nos constituímos. Desde uma mirada às práticas psi (talvez ali onde elas se propõem a uma escuta-intervenção na clínica, escola, trabalho etc.), isso pode fazer, literalmente, toda a diferença, pois ao se ocupar do que se constitui como sentidos de uma experiência situada a partir de marcadores e dimensões contexto-dependentes para pensar uma vida/subjetivação, talvez tenhamos a chance de praticar uma cartografia interseccional dos modos de vida.

Referências

- Amaral, C., Ribeiro, P. R. C., & Barros, S. da C. de. (2022). Por uma psicologia que (re)conheça a todos/as: discussões curriculares sobre a formação de psicólogos/as em relação às discussões sobre gêneros e sexualidades. *Psicologia Revista*, 31(2), 332-357. <https://doi.org/10.23925/2594-3871.2022v31i2p332-357>
- Barrientos, J., & Radi, B. (2021). Evitar los sesgos hetero/cissexistas en la investigación en psicología: Un aporte desde Latinoamérica. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, 55(2), e1631. <https://www.redalyc.org/journal/284/28474830009/28474830009.pdf>
- Barrientos, J., Nardi, H. C., Mendoza-Pérez, J. C., Navarro, M. C., Bahamondes, N., Pecheny, M., & Radi, B. (2024). Trends in psychosocial research on LGBTIQ+ populations in Latin America: Findings, challenges, and concerns. *Journal of Social Issues*, 80(3), 1022-1055. <https://doi.org/10.1111/josi.12637>
- Bicalho, P. P. G. (2022). Disputas em torno da regulamentação da profissão: A Psicologia em defesa das orientações sexuais e identidades de gênero. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 42(spe), e264832. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003264832>
- Bilge, S. (2009). Théorisations féministes de l'intersectionnalité. *Diogenes*, 225(1), 70-88.
- Brandão, D. M. (2022). *Visibilidade: Um olhar para as mulheres multissexuais* [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional da UFSC. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/233039>
- Brito, C., Barbosa, M. C., Pavani, D. B., Costa, A. B. (2022). Harassment in Brazilian universities: How big is this problem? The Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS) as a case study. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, 94, e20201720. <https://doi.org/10.1590/0001-3765202220201720>.
- Cannone, L. A. R. (2018). Os estudos de gênero na graduação em Psicologia: Uma análise em Salvador, Bahia. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, 4(3), 39-57. <https://doi.org/10.9771/cgd.v4i3.25813>
- Carneiro, S., & Setubal, N. (2025, 11 de março). *Escute as Mais Velhas* [Podcast]. Fundação Tide Setubal; Rádio Novo. https://www.youtube.com/watch?v=n-GgK3byrQo&t=8s&ab_channel=R%C3%A1dioNovelo


- Carvalho, V. A. (2020). *Experiências familiares nas narrativas de mulheres não heterossexuais* [Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Lume Repositório Digital. <http://hdl.handle.net/10183/267121>
- Collins, P. H., & Bilge, S. (2021). *Interseccionalidade*. Boitempo.
- Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, 1989(1), 139-167. <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>
- Damacena, F. C., & Lima, L. A. G. (2022). Experiências de bissexuais em psicoterapia: “Cura bi”, discriminação e patologização do sofrimento social. *Revista Debates Insubmissos*, 5(16), 97-131. <https://doi.org/10.32359/debin2022.v4.n16.p97-131>
- Eisner, S. (2013). *Bi: Notes for a bisexual revolution*. Seal Press.
- Facchini, R. (2005). *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Autêntica.
- Fernandes, J., Barroso, K., Assis, A., & Pocahy, F. (2015). Gênero, sexualidade e envelhecimento: uma revisão sistemática da literatura. *Clínica & Cultura*, 4(1), 14-28. <https://periodicos.ufs.br/clinicaecultura/article/view/3403/3343>
- Flanders, C. E. (2017). Under the bisexual umbrella: Diversity of identity and experience. *Journal of Bisexuality*, 17(1), 1-6. <https://doi.org/10.1080/15299716.2017.1297145>
- Frente Bissexual Brasileira. (2021). *Manifesto Bissexual Brasileiro*. <https://drive.google.com/file/d/1qh73icUcZ5SE6YNcxBUKAdGfgaUi8pho/view>
- Gomes, V. F., Sathler, C. N., & Farias, M. de F. L. de (2022). Gênero, raça, sexualidade e classe nos projetos político-pedagógicos em cursos de psicologia. *Horizontes*, 40(1), e022027. <https://doi.org/10.24933/horizontes.v40i1.1322>
- Gonzalez, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano*. Companhia das Letras.
- hooks, b. (2020). *E eu não sou uma mulher?: Mulheres negras e feminismo* (B. Libanio, Trad., 6ª ed.). Rosa dos Tempos. (Trabalho original publicado em 1981)
- Jaeger, M., Nunez, G., Oliveira, J. M., & Toneli, M. J. (2019). Bissexualidade, bifobia e monossexismo: Problematizando enquadramentos. *Periódicus: Revista de Estudos Indisciplinados em Gêneros e Sexualidades*, 2(11), 1-16. <http://hdl.handle.net/10071/20150>
- Konrath, M., Rama, C., & Barbosa, M. L. L. (2023). Envelhecimento da população LGBT: Uma revisão sistemática da literatura nacional. *Coisas do Gênero: Revista de Estudos Feministas em Teologia e Religião*, 9(2), 134-150. <https://revistas.est.edu.br/genero/article/view/1738>
- Kyrillos, G. M. (2024). Interseccionalidade: Proposta de um mapa teórico provisório. *Revista Estudos Feministas*, 32(2), e90290. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2024v32n290290>
- Lewis, E. S. (2012). *Construções identitárias em narrativas de ativistas LGBT que se identificam como bissexuais* [Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro]. https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/20671/20671_1.PDF
- Lopes, J. K. (2023). *Sexualidade, gênero e diferença: Uma lacuna na formação em Psicologia* [Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal de Uberlândia]. <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/38236/3/SexualidadeG%c3%aaneroDiferen%c3%a7a.pdf>
- Lorde, A. (2019). Não existe hierarquia de opressão. In *Pensamento feminista: conceitos fundamentais* (pp. 235-236). Bazar do Tempo.
- Maia, A. C. B., & Pastana, M. (2018). Sexualidade e diversidade sexual na formação em psicologia. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, 29(1), 83-90. <https://doi.org/10.35919/rbsh.v29i1.44>
- Meyer, D. E. (2012). Abordagens pós-estruturalistas de pesquisa na interface educação, saúde e gênero: perspectiva metodológica. In D. E. Meyer & M. A. Paraíso (Orgs.), *Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação* (pp. 49-63). Mazza Edições.
- Ministério da Saúde. (2013). *Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais*. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf

- Mizael, T. M., Gomes, A. R., & Marola, P. P. (2019). Conhecimentos de estudantes de psicologia sobre normas de atuação com indivíduos LGBTs. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 39, e182761. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003182761>
- Nascimento, M. B. (2018). *Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidade nos dias da destruição*. Filhos da África.
- Network, B. A. B. (1990). *The bisexual manifesto*. Anything That Moves.
- Nogueira, C. (2017). *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Devires.
- Núñez, G. (2023). *Descolonizando afetos: experimentações sobre outras formas de amar*. Planeta do Brasil.
- Obradors-Campos, M. (2011). Deconstructing biphobia. *Journal of Bisexuality*, 11(2-3), 207-226. <https://doi.org/10.1080/15299716.2011.571986>
- Ochs, R., & Rowley, S. E. (2009). *Getting bi: Voices of bisexuals around the world* (2nd ed.). Bisexual Resource Centre.
- Oliveira, J. R., & Oliveira, N. A. F. (2021). Bifobia e monossexismo: Marcas concretas de batalhas invisíveis. In *Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 12*. https://www.fg2021.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/fg2020/1630507718_ARQUIVO_387f8647f3039f15e04a0b06da967c7f.pdf
- Paiva, V. (2008). A psicologia redescobrirá a sexualidade? *Psicologia em Estudo*, 13(4), 641-651. <https://www.scielo.br/j/pe/a/64cZ3VhdyLrpf6FzS8t95Mc#>
- Pichardo Galán, J. I., & Puche Cabezas, L. (2019). Universidad y diversidad sexogenérica: barreras, innovaciones y retos de futuro. <https://www.methaodos.org/revista-methaodos/index.php/methaodos/article/view/287>
- Pocahy, F. (2011). Interseccionalidade e educação: cartografias de uma prática-conceito feminista. *TEXTURA: Revista de Educação e Letras*, 13(23). <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/viewFile/984/766>
- Pocahy, F. A., & Dornelles, P. G. (2017). Gênero, sexualidade e envelhecimento: Mapeando a pesquisa e a intervenção social LGBT no Brasil. *Journal of Studies on Citizenship and Sustainability*, 1, 124-138.
- Quinalha, R. (2022). *Movimento LGBTI+: Uma breve história do século XIX aos nossos dias*. Autêntica.
- Resolução CFP nº 1, de 22 de março de 1999*. (1999, 22 de março). Dispõe sobre o exercício profissional do psicólogo em relação à questão da orientação sexual. Conselho Federal de Psicologia. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf
- Resolução nº 8, de 17 de maio de 2022*. (2022, 17 de maio). Conselho Federal de Psicologia. <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-8-2022-estabelece-normas-de-atuacao-para-profissionais-da-psicologia-em-relacao-as-bissexualidades-e-demais-orientacoes-nao-monossexuais?origin=instituicao>
- Roseiro, M. C. F. B. (2022). *Dissidências de gênero e sexualidade nos currículos da formação em psicologia: dos percursos marginais às linhas transversas* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Espírito Santo]. Repositório UFES. https://sappg.ufes.br/tese_drupal/tese_16775_Maria-Carolina-F-B-Roseiro_tese_FINAL.pdf
- Saldanha, I. (2023). *Categorias em trânsito: classificações da sexualidade e a emergência da "bissexualidade" em Belém nos anos 1980 e 90* [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas]. Repositório Unicamp. <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1266517>
- Shaw, J. (2023). *Invisibilidade: cultura, ciência e a história secreta da bissexualidade*. Cultrix.
- Maliepaard, E., & Baumgartner, R. (2020). Bisexuality in Europe Introduction to the field and this book. In E. Maliepaard & R. Baumgartner (Eds.), *Bisexuality in Europe: Sexual citizenship, romantic relationships, and Bi+ identities* (pp. 1-17). Routledge.
- Silva, I. C. A., & Leite Junior, F. F. (2020). A bissexualidade como incógnita e fragmentação normativa ligada à dicotomia hétero/homo: Cartografando produções em Ciências Humanas e Sociais. *ID on line. Revista de Psicologia*, 14(51), 861-879. <https://doi.org/10.14295/idonline.v14i51.2617>
- Silva, K. U., & Meireles, J. (2023). Revisão integrativa da literatura sobre bissexualidade: Representações, invisibilidade e subjetividade. *Mosaico: Estudos em Psicologia*, 11(1), 25-46. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/mosaico/article/view/37552>
- Siqueira, M. D., & Klidzio, D. (2020). Bissexualidade e pansexualidade: Identidades monodissidentes no contexto interiorano do Rio Grande do Sul. *Revista Debates Insubmissos*, 3(9), 186-217. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/debatesinsubmissos/article/view/246520/39685>

- Souza, C., Oliveira-Cardoso, É., Oliveira, W., Nascimento, L., Araújo, J., Leite, A. C., Neris, R., Risk, E., Braga, I., & Santos, M. (2021). Violência contra mulheres lésbicas/bissexuais e vulnerabilidade em saúde: Revisão da literatura. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 22(2), 437-453. <https://scielo.pt/pdf/psd/v22n2/1645-0086-psd-22-02-437.pdf>
- Souza, L. L., Fialho, T. S., Nunes, M. A. H., & Botan, A. R. (2023). Discursos de Gênero nos livros introdutórios à Psicologia do Desenvolvimento. *Psicologia Escolar e Educacional*, 27, e240687. <https://doi.org/10.1590/2175-3539202223-240687>
- Stucky, J. L., Dantas, B. M., Pocahy, F. A., Nogueira, P. H. Q., Nardi, H. C., & Costa, A. B. (2020). Prejudice against gender and sexual diversity in Brazilian public high schools. *Sexuality Research and Social Policy*, 17, 429-441. <https://link.springer.com/article/10.1007/s13178-019-00406-z>.
- Vas, D. (2021). *Militância enquanto convite ao diálogo: O caso da militância monodissidente* [Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo]. Repositório USP <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47132/tde-09112021-140959>
- Vas, D., & Silva Guimarães, D. (2023). Militância enquanto convite ao diálogo: O caso da militância monodissidente. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 43, e248692. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003248692>
- Yoshino, K. (2000). The epistemic contract of bisexual erasure. *Stanford Law Review*, 52(2), 353. <https://www.kennedy.yoshino.com/articles/epistemiccontract.pdf>


Mariana Schubert Lemos

Mestrado em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória – ES. Brasil. Doutoranda em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre – RS. Brasil.
Email: mslemos_96@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-6310-2651>


Fernando Altair Pocahy

Doutorado em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre – RS. Brasil. Professor Associado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro – RJ. Brasil.
Email: fernando.pocahy@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-7884-4647>

Henrique Caetano Nardi

Doutorado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre – RS. Brasil. Professor Titular, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre – RS. Brasil.
Email: hcnardi@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-6058-1642>

Endereço para envio de correspondência:

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rua Ramiro Barcelos, 2600 – Sala 110 – Térreo, Santa Cecília. CEP 90035-003 – Porto Alegre – RS. Brasil.

Recebido 22/07/2025

Aceito 23/07/2025

Received 07/22/2025

Approved 07/23/2025

Recibido 22/07/2025

Aceptado 23/07/2025

Como citar: Lemos, M. S., Pocahy, F. A., & Nardi, H. C. (2025). Bissexualidade e Monodissidência na Perspectiva Interseccional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 45 (n.spe2), 1–17. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003299091>

How to cite: Lemos, M. S., Pocahy, F. A., & Nardi, H. C. (2025). Bisexuality and monodissidence based on an Intersectional Perspective. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 45 (n.spe2), 1–17. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003299091>

Cómo citar: Lemos, M. S., Pocahy, F. A., & Nardi, H. C. (2025). Bisexualidad y monodisidencia desde una Perspectiva Interseccional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 45 (n.spe2), 1–17. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003299091>